

BAIXO RENDIMENTO ESCOLAR NO I CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO, O EMPENHO DOS DOCENTES E GESTORES ESCOLARES

Morais João Fernando¹
Cristina Moraes Cuquigia Maindo²

RESUMO: O baixo rendimento escolar no I Ciclo do Ensino Secundário constitui um problema estrutural que compromete gravemente a qualidade da educação básica em Angola. Este artigo objetiva analisar as causas do baixo rendimento escolar dos alunos do I Ciclo em escolas públicas da província do Uíge, com especial ênfase no fraco empenho profissional dos professores e nas dinâmicas de gestão. A pesquisa, de natureza qualitativa e quantitativa, utilizou-se o método de estudo de caso em duas escolas do município do Uíge e duas do município de Quimbele, perfazendo quatro instituições participantes. A coleta de dados envolveu entrevistas semiestruturadas com oito professores e quatro membros da direção. A aplicação de questionários envolveu 40 encarregados de educação e fez-se análise documental dos registos de notas do primeiro trimestre de 2026. Os resultados revelam que, além de fatores socioeconómicos severos como a desnutrição e o fraco acompanhamento familiar, as variáveis escolares detêm um peso significativo no insucesso. Destacam-se as salas de aula superlotadas, o défice crónico de material didático, a desarticulação entre as normativas jurídicas e a prática pedagógica quotidiana, a falta de supervisão da direção e a desmotivação do corpo docente, evidenciada pela ausência de planeamento. Conclui-se que a superação depende de ações articuladas entre as políticas públicas estatais, a liderança pedagógica dos gestores e a valorização da carreira docente.

Palavras-chave: Rendimento Escolar. I Ciclo do Ensino Secundário. Empenho Docente. Gestão Escolar. Província do Uíge.

ABSTRACT: Low academic performance in the 1st Cycle of Secondary Education constitutes a structural problem that seriously compromises the quality of basic education in Angola. This article aims to analyze the causes of low academic performance among 1st-cycle students in public schools in the province of Uíge, with a special emphasis on the weak professional commitment of teachers and management dynamics. The research, both qualitative and quantitative in nature, used the case study method in two schools in the municipality of Uíge and two in the municipality of Quimbele, totaling four participating institutions. Data collection involved semi-structured interviews with eight teachers and four management members. Questionnaires were administered to 40 parents/guardians, and a documentary analysis of the report cards from the first quarter of 2026 was conducted. The results reveal that, in addition to severe socioeconomic factors such as malnutrition and weak family monitoring, school variables hold a significant weight in academic failure. Key highlights include overcrowded classrooms, a chronic shortage of teaching materials, a disconnect between legal regulations and daily pedagogical practice, a lack of management supervision, and teacher demotivation, evidenced by a lack of lesson planning. It is concluded that overcoming this issue depends on articulated actions between state public policies, the pedagogical leadership of managers, and the enhancement of the teaching career.

Keywords: Academic Performance. 1st Cycle of Secondary Education. Teaching Commitment. School Management. Uíge Province

¹Doutorando em Projectos, com ênfase em Ambiente, Universidade Europeia del Atlântico, Santandre, Província de Cântabra, Espanha. Mestre em Gestão e Auditorias ambientais, pela mesma Universidade. Auditor ambiental. Licenciado em Ensino de Geografia pelo ISCED/UÍGE. Professor de Geografia no Ensino Geral.

²Docente no Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge, ISCED-Uíge. Doutoranda em Educação Científica, com ênfase em Matemática e Tecnologia pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, FE-USP Brasil. Mestre em Ensino de Matemática pelo ISCED-Sumbe e Graduada em Matemática pela Universidade Agostinho Neto UAN-Angola.

1 INTRODUÇÃO

A educação básica constitui o alicerce indispensável para o desenvolvimento socioeconómico e cultural de qualquer sociedade. No organigrama do sistema educativo angolano, o Ensino é subdividido em quatro níveis estruturantes (educação pré-escolar, ensino primário, ensino secundário e ensino superior), assim descrevem as alíneas *a, b, c* e *d* do ponto 3, Artigo 17 da lei 32/20. Sendo o ensino primário compreendido do 1º ao 6º ano de escolaridade e o secundário subdividido em dois ciclos (I e II). O I ciclo correspondendo do 7º à 9º ano, etapa responsável pela formação identitária do escopo de orientação dos alunos, assumindo uma centralidade estratégica, dado que configura o processo de transição e preparação dos alunos para o Ensino do II Ciclo Secundário (10º à 13º), onde cada aluno procura definir sua especialização que lhe vai servir de base para o ingresso no ensino superior (graduação), a formação integradora para todo indivíduo (Angola, 2020). Sob esta perspetiva, o sucesso nesta fase determina a qualidade das trajetórias académicas futuras. Como preconiza Freire (1996), o ato de ensinar não se restringe à mera transferência de conhecimentos, mas reside essencialmente na criação das possibilidades necessárias para a sua própria produção e apropriação crítica pelo educando.

Não obstante a relevância institucional deste ciclo, os dados estatísticos publicados pelo Ministério da Educação (2025) e as observações empíricas realizadas na província do Uíge convergem para um diagnóstico preocupante, caracterizado por elevados índices de reprovação, abandono escolar e baixo aproveitamento académico generalizado. É imperativo destacar que este fenómeno não pode ser interpretado como uma consequência exclusiva de determinantes externos à instituição escolar, tais como a pobreza extrema ou a vulnerabilidade alimentar. A literatura contemporânea, com particular destaque para as contribuições de Patto (2008), sublinha a corresponsabilidade da própria instituição escolar e dos seus agentes naquilo que define como a produção social do fracasso escolar, refutando a naturalização das dificuldades de aprendizagem dos alunos provenientes das classes populares.

No contexto específico da província do Uíge, a problemática manifesta-se através de uma dupla dimensão que compromete a eficácia do sistema. Por um lado, verifica-se uma acentuada precariedade das condições materiais e das infraestruturas escolares; por outro, emergem relatos recorrentes sobre o fraco empenho profissional de uma parcela significativa do corpo docente. Evidências preliminares sugerem que múltiplos professores limitam a sua atuação ao cumprimento formal da carga horária mínima, negligenciando a planificação das

atividades e a diversificação das metodologias de ensino. Em paralelo, identifica-se uma lacuna na atuação das direções escolares, as quais frequentemente se distanciam do seu papel fulcral de coordenação e supervisão pedagógica. Esta realidade ganha contornos ainda mais graves nas escolas localizadas no município de Quimbele, onde as assimetrias geográficas e socioeconómicas tendem a intensificar o isolamento de gestores, professores, encarregados de educação e alunos.

Nas regiões periféricas e nos municípios mais recônditos da província, os docentes e os gestores enfrentam adversidades estruturais. A ausência de fornecimento regular de energia elétrica impede a utilização de meios eletrónicos e tecnológicos modernos, obrigando as instituições a recorrer a práticas administrativas tradicionais e à elaboração manual de documentos essenciais. A fragilidade das infraestruturas físicas é agravada pela falta de segurança interna, culminando frequentemente no saque de arquivos e documentos escolares importantes. Adicionalmente, a fixação de profissionais qualificados é dificultada pela ausência de projetos habitacionais para professores, pelas vias de acesso degradadas e pelo facto de muitos docentes não residirem nas comunidades onde lecionam, o que gera índices elevados de absentismo. O quadro de desmotivação algumas vezes alimentado pela falta de formação continuada e pela proliferação de professores adaptados que lecionam disciplinas fora das suas áreas de especialização, num cenário de salários desvalorizados face ao custo de vida e de estagnação nas carreiras profissionais por longos anos. Do ponto de vista comunitário, sobressaem a escassez de transportes escolares, a ausência de programas estáveis de apoio social e a desarticulação do acompanhamento pedagógico por parte das famílias.

Perante este cenário complexo, impõe-se a seguinte questão de partida: quais principais fatores determinam o baixo rendimento escolar dos alunos do I Ciclo do Ensino Secundário na província do Uíge e de que modo o empenho profissional dos professores e a natureza da gestão escolar influenciam este processo? Para responder a esta interrogação, este artigo define como objetivo geral, analisar as causas do baixo rendimento escolar no I Ciclo do ensino secundário em escolas da província do Uíge, priorizando o papel exercido pelos docentes e pelas estruturas de gestão. Especificamente, o estudo propõe-se a identificar as variáveis escolares, familiares e sociais interligadas ao rendimento; examinar as manifestações concretas do fraco empenho profissional dos professores em sala de aula; verificar o padrão de atuação da gestão escolar face à crise de aproveitamento e oferecer subsídios para a formulação de um plano integrado voltado para a melhoria do sucesso educativo na região.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Rendimento Escolar e a Produção do Insucesso

A compreensão do rendimento escolar exige uma análise que ultrapasse a mera dimensão estatística das qualificações quantitativas. De acordo com a perspectiva de Luckesi (2011), o rendimento escolar constitui a expressão materializada dos resultados alcançados no processo de ensino-aprendizagem, sendo aferido mediante procedimentos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa, bem como pela observação sistemática do desenvolvimento cognitivo. Por conseguinte, o baixo rendimento não deve ser interpretado como uma falha exclusiva ou intrínseca do estudante, mas sim como um indicador sintomático de disfunções profundas na articulação pedagógica e estrutural do sistema educativo.

Ao analisar este fenómeno, Patto (2008) adverte para os perigos ideológicos associados à culpabilização da vítima, processo pelo qual a escola tende a transferir de forma unilateral para o aluno e para o seu núcleo familiar a responsabilidade pelo insucesso. Esta atitude omite a reflexão crítica indispensável sobre as práticas institucionais, a organização curricular e as condições materiais de trabalho oferecido. No contexto angolano, esta dinâmica assume contornos críticos quando a instituição escolar falha em assegurar os padrões mínimos de qualidade exigidos pelo desenvolvimento integral do educando.

2.2 O Empenho Docente e as Diretrizes Curriculares Nacionais

O papel do professor permanece central na mediação dos saberes formalizados. Libâneo (2013) sublinha que a qualidade do ensino e a eficácia da aprendizagem escolar estão diretamente vinculadas à competência técnica, ao compromisso ético e ao nível de empenho do profissional docente. Este empenho reflete-se na ação sistemática de planejar as aulas, dominar os conteúdos programáticos, demonstrar capacidade comunicativa e mobilizar metodologias ativas e diversificadas que respondam à heterogeneidade dos alunos.

No plano normativo, a Lei n.º 32/20 institui a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Angola (2020) define que, o I Ciclo do Ensino Secundário concorre para o aprofundamento das competências de leitura, escrita, cálculo e ciências humanas e da natureza. O artigo 20.º do referido diploma legal consagra a obrigatoriedade e a gratuidade da educação escolar nesta etapa, o que pressupõe não apenas a isenção de taxas de custo do curso, mas

também o dever do Estado em garantir os manuais escolares e as condições de permanência dos alunos na escola.

Quando as garantias materiais estatais falham algumas vezes, o rendimento escolar é severamente afetado, comprometendo as metas estabelecidas pelos Programas Curriculares do I Ciclo do Ensino Secundário. As orientações metodológicas vigentes estipulam que, o ensino deve ser centrado no aluno, preconizando a utilização de estratégias contextualizadas, jogos didáticos e processos de avaliação predominantemente formativa. Contudo, a realidade empírica demonstra uma persistência de métodos tradicionais assentes na memorização passiva e na cópia exaustiva de conteúdos no quadro. Esta desconexão com as diretrizes curriculares e com o dever ético docente viola o artigo 71.º da Lei n.º 32/20, que impõe ao professor a obrigação de cumprir rigorosamente os programas curriculares e atuar como agente dinamizador da formação integral da juventude (Angola, 2020).

É fundamental reconhecer que a desmotivação profissional que afeta os docentes angolanos possui raízes estruturais profundas, incluindo remunerações inadequadas, atrasos recorrentes no pagamento de salários, excesso de alunos por turma e assimetrias salariais injustificadas entre profissionais que exercem suas funções em municípios urbanos de tipo A ou B e aqueles colocados em zonas recônditas categorizadas como tipos C, D e E. Embora estas contrariedades laborais influenciem negativamente o empenho profissional, gerando o abandono do planejamento e o distanciamento afetivo face aos discentes a responsabilidade ética do educador perante a emancipação social dos alunos deve ser preservada, conforme defende Freire (1996), ao postular que, a prática educativa exige uma postura de permanente rigor metodológico e de inalienável compromisso com a justiça social.

2.3 A Gestão Escolar e a Supervisão Pedagógica na Legislação Angolana

A eficácia da estrutura organizacional da escola constitui outra variável crítica para o sucesso educativo. O artigo 73.º da Lei n.º 32/20 determina que, a gestão das instituições de ensino público deve estruturar-se sob princípios de democraticidade e participação comunitária (Angola, 2020). Esta orgânica lei é detalhada pelo Decreto Presidencial n.º 160/18, que aprova o Estatuto Orgânico das Escolas Públicas do Ensino Primário e Secundário, fixando competências diferenciadas e complementares para os órgãos executivos das escolas (Angola, 2018). Nos termos deste decreto, o Subdiretor Pedagógico assume a competência exclusiva de coordenar, acompanhar e avaliar o processo pedagógico, incumbindo-lhe a monitorização dos planos de

aula e a promoção da formação contínua em serviço. Por sua vez, o Subdiretor Administrativo detém a responsabilidade pela gestão eficiente dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais, garantindo a sustentabilidade física do estabelecimento escolar.

A disfunção nestas esferas de atuação compromete o cumprimento da missão social da escola. Conforme adverte Paro (2010), o diretor e a sua equipa executiva devem atuar primordialmente como líderes pedagógicos, evitando a submissão total da rotina escolar às exigências de caráter puramente burocrático ou disciplinar. Quando a liderança pedagógica se ausenta, instala-se um vazio institucional que favorece a acomodação docente, a desarticulação curricular e o abandono de mecanismos vitais como a recuperação paralela de alunos com dificuldades.

Na província do Uíge, a observação da realidade escolar revela desvios frequentes em relação ao previsto no Decreto Presidencial n.º 160/18. É comum encontrar estabelecimentos de ensino onde um único subdiretor acumula ambas as funções ou onde os cargos existem apenas formalmente, carecendo de planos de ação direcionados para a melhoria dos indicadores de aprendizagem, o que concorre diretamente para a depreciação do rendimento escolar geral.

3 METODOLOGIA

6

A metodologia adotada neste estudo pauta-se por uma abordagem mista, integrando de forma complementar a análise qualitativa e quantitativa, sob o método do estudo de caso. Conforme argumenta Yin (2015), o estudo de caso configura uma estratégia de investigação empírica ideal para examinar fenómenos contemporâneos inseridos em contextos da vida real, nos quais as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não se apresentam de forma claramente evidente. O campo de pesquisa compreende quatro escolas públicas que lecionam o I Ciclo do Ensino Secundário na província do Uíge. A seleção incluiu duas instituições situadas na sede municipal do Uíge, escolhidas devido aos elevados índices de insucesso escolar reportados no relatório estatístico do Gabinete Provincial da Educação (Ministério da Educação, 2025), e duas instituições localizadas no município fronteiriço e recôndito de Quimbele, permitindo apreender as assimetrias geográficas da região.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados de forma intencional e por critérios de conveniência, totalizando oito professores em pleno exercício de funções no I Ciclo, quatro membros pertencentes às direções escolares (compostos por dois diretores gerais e dois subdiretores pedagógicos) e 40 encarregados de educação vinculados às respetivas instituições.

Na escolha dos docentes, ponderou-se o tempo de serviço e a regência de disciplinas com histórico crítico de reprovação.

Para a coleta de dados, mobilizaram-se três instrumentos distintos. O primeiro consistiu em entrevistas semiestruturadas aplicadas aos professores e gestores, contendo 12 questões abertas orientadas à avaliar o conhecimento e a aplicabilidade da Lei n.º 32/20 e dos Programas Curriculares. O segundo instrumento corresponde a um questionário estruturado com 15 perguntas de resposta fechada e aberta direcionado aos encarregados de educação, focando as condições de estudo no lar e o grau de envolvimento parental. O terceiro envolve a análise documental detalhada das pautas de avaliação, cadernos de chamada, planos de aulas individuais e atas das reuniões pedagógicas do primeiro trimestre do ano letivo de 2026, com o propósito de verificar o cumprimento das exigências do Decreto Presidencial n.º 160/18.

Os procedimentos éticos foram acautelados mediante a obtenção de autorizações formais junto das direções escolares e a garantia do anonimato dos participantes através da codificação dos dados. O tratamento do material qualitativo foi processado por intermédio da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), estruturada em três fases fundamentais: a pré-análise, a exploração sistemática do material documental e a subsequente categorização e interpretação dos resultados. Os dados quantitativos foram submetidos à análise estatística descritiva simples e organizados em tabelas percentuais para facilitar a triangulação das evidências.

7

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização Contextual das Escolas e Perfil dos Atores

Os dados documentais indicam que as quatro escolas sob análise operam num regime de sobrecarga física e funcional intensa, funcionando predominantemente em três turnos diários e albergando uma população escolar estimada em 900 alunos por turno. A densidade demográfica das turmas do I Ciclo varia entre 45 e 60 alunos por turma. Nas extensões rurais do município de Quimbele, as instituições encontram-se limitadas, funcionam apenas nos períodos da manhã e da tarde, dada a total ausência de eletrificação da rede pública, inviabilizando a abertura do turno noturno.

No que concerne ao perfil académico e profissional dos oito professores entrevistados, constatou-se que cinco possuem agregação pedagógica obtida em escolas médias de formação de professores ou em institutos superiores de ciências da educação, ao passo que três possuem como habilitação literária máxima o II Ciclo do Ensino Secundário Geral completo, exercendo sem

formação pedagógica específica. Relativamente à estabilidade socioeconómica, seis dos docentes inquiridos afirmam enfrentar atrasos sistemáticos no pagamento dos seus vencimentos em comparação com funcionários públicos de outros setores ministeriais, condicionando negativamente a estabilidade emocional e o foco profissional diário.

4.2 Análise das Causas do Baixo Rendimento sob a Perspetiva dos Sujeitos

A Tabela 1 sintetiza a distribuição percentual das perceções dos sujeitos da pesquisa relativamente aos determinantes do insucesso escolar no I Ciclo, evidenciando convergências e contrastes interpretativos importantes.

Tabela 1 – Causas do baixo rendimento segundo professores, direção e encarregados.

Causa do Baixo Rendimento Escolar	Professores (%)	Direção (%)	Encarregados (%)
Fraco empenho profissional de professores	37,5%	50,0%	40,0%
Pouco acompanhamento pedagógico da direção	25,0%	25,0%	35,0%
Dificuldades no acompanhamento familiar	87,5%	100,0%	65,0%
Salas de aula superlotadas	100,0%	75,0%	45,0%
Fome e Desnutrição dos alunos	75,0%	50,0%	80,0%
Problemas e défice de material didático	62,5%	50,0%	70,0%
Dificuldades no planeamento de aulas	37,5%	50,0%	40,0%

Fonte: elaboração dos autores com base em dados da pesquisa (2026).

A leitura e analítica dos dados, revela que as salas superlotadas constituem uma unanimidade crítica entre os professores (100%), encontrando também forte respaldo na direção (75%), o que demonstra que a infraestrutura atual inviabiliza a aplicação de metodologias ativas centradas na individualidade do aluno. De igual modo, os fatores extraescolares como a fome e desnutrição são destacados por 80% dos encarregados de educação e 75% dos professores como impedimentos biológicos primários à retenção cognitiva. No entanto, emerge uma assimetria reflexiva relevante: enquanto 100% dos diretores e 87,5% dos professores imputam a responsabilidade do insucesso às dificuldades de acompanhamento familiar, os encarregados de educação tendem a sinalizar de forma mais expressiva as falhas internas da escola, apontando o défice de material didático (70%) e o fraco empenho profissional dos docentes (40%) como causas preponderantes.

4.3 Manifestações Práticas do Fraco Empenho Docente em Sala de Aula

A triangulação entre as entrevistas e as observações diretas de campo permitiu catalogar manifestações empíricas severas do fraco empenho profissional. A primeira e mais preocupante

evidência reside na ausência sistemática de planejamento das aulas; durante as visitas de supervisão, quatro dos oito professores não dispunham de qualquer plano de aula estruturado. A justificativa apresentada por um dos docentes com mais de 40 anos de serviço que destaca o desgaste provocado pelo sentimento de estagnação na carreira, revelando que a falta de progressão salarial e o sentimento de desvalorização profissional geram um tédio profundo que desencoraja a preparação prévia das atividades didáticas.

A segunda manifestação diz respeito à hegemonia de metodologias tradicionais descontextualizadas. Em cinco das seis sessões letivas integralmente observadas pela equipa de investigação, a prática pedagógica limitou-se à transcrição manual de textos extensos no quadro de giz e ao ditado mecânico de exercícios de memorização. Não foi registada qualquer tentativa de incorporação de jogos didáticos, materiais concretos ou dinâmicas grupais inovadoras, contrariando abertamente as orientações explícitas nos Programas Curriculares nacionais. A este quadro soma-se a total ausência de processos de avaliação diagnóstica no início do ano letivo, o que impede a identificação e correção atempada das lacunas cognitivas herdadas das classes anteriores. Finalmente, constatou-se uma tendência para o cumprimento puramente formal e flexível da carga horária, caracterizada por atrasos crónicos na entrada e saídas antecipadas, justificadas informalmente pelos gestores como uma prática tolerada devido à escassez de professores disponíveis para substituição no sistema público.

4.4 O Vazio Pedagógico Decorrente da Ação da Gestão Escolar

No que concerne à componente de gestão, os resultados atestam um distanciamento preocupante relativamente às exigências de liderança preconizadas por Paro (2010). Em vez de operarem como coordenadores pedagógicos focados na qualidade da instrução, as direções das quatro escolas encontram-se predominantemente absorvidas por rotinas burocráticas e pela resolução de conflitos disciplinares imediatos ou problemas crónicos de manutenção física. Nenhuma das escolas inquiridas cumpria a diretriz estatística de realizar reuniões pedagógicas semanais para a monitorização contínua dos resultados.

A pesquisa pôs a descoberto uma violação explícita ao Decreto Presidencial n.º 160/18, o qual determina obrigatoriamente que, qualquer estabelecimento público de ensino com lotação superior a 500 alunos deve possuir as subdireções pedagógica e administrativa operando sob responsabilidades distintas (Angola, 2018). Numa das escolas analisadas, verificou-se a existência de um único subdiretor encarregue de acumular todas responsabilidades de diretoria.

O depoimento do referido gestor ilustra o desvio funcional ao relatar que o seu tempo é inteiramente consumido pela gestão de infraestruturas, falta de água e problemas sanitários, restando-lhe tempo nulo para supervisionar as salas de aula.

Esta falha de supervisão pedagógica institucionalizada gera um efeito de desresponsabilização em cadeia, validado pelo facto de múltiplos professores admitirem não entregar os seus planos de aula há meses sem sofrerem qualquer sanção. A ruptura estende-se à dimensão comunitária regulada pelo princípio da responsabilidade partilhada da Lei n.º 32/20 (Angola, 2020), dado que 35% dos encarregados de educação inquiridos declararam nunca ter sido convocados pela direção para analisar o aproveitamento escolar dos seus educandos, evidenciando uma gestão fechada e incapaz de dinamizar a participação social.

4.5 Mapeamento Estatístico do Rendimento Escolar no Primeiro Trimestre de 2026

Os dados estatísticos recolhidos através da análise das pautas oficiais de avaliação referentes ao primeiro trimestre de 2026 quantificam a gravidade da situação na província do Uíge. A taxa média global de reprovação fixou-se nos 28,4% no I Ciclo do Ensino Secundário nas instituições pesquisadas. A análise por áreas de conhecimento revela que as disciplinas de cariz instrumental apresentam os cenários mais alarmantes, com destaque para a Matemática, que registou um índice de insucesso de 35%, seguida de perto pela Língua Portuguesa, com 32% de avaliações negativas.

10

Adicionalmente, constatou-se que 15% da população estudantil inscrita inicialmente abandonou o percurso escolar antes do término do primeiro trimestre. Estes indicadores confirmam o carácter multifatorial do fenómeno do insucesso escolar, demonstrando que quando as vulnerabilidades socioeconómicas externas se associam ao défice de empenho pedagógico interno e à ausência de supervisão administrativa, produz-se um ambiente institucional propício à exclusão escolar e à perda de eficácia do sistema público de ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A realização deste estudo de caso nas escolas da província do Uíge permite concluir que o baixo rendimento escolar no I Ciclo do Ensino Secundário não decorre de uma variável isolada, mas resulta de uma intrincada e perversa articulação entre vulnerabilidades sociais externas e fragilidades pedagógico-estruturais internas. Ficou administrativamente demonstrado que, embora a fome, a pobreza e a falta de capital cultural das famílias atuem

como fortes entraves ao desenvolvimento cognitivo, o fraco empenho profissional de parte dos professores e a inércia pedagógica das equipes de gestão operam como fatores determinantes para a consolidação e perpetuação do fracasso escolar dentro dos muros da instituição. É evidente que não se deve adotar uma postura de culpabilização individual do docente, o qual desempenha as suas funções num ecossistema marcado por salários desvalorizados e severas restrições condições laborais. Contudo, as severas deficiências estruturais não podem legitimar o abandono do compromisso ético e metodológico com a aprendizagem dos alunos.

Com o objetivo de reverter este panorama de insucesso e conferir aplicabilidade prática às conclusões desta investigação, propõe-se a oferecer subsídios sobre proposta de implementação de um Plano Integrado de Intervenção Pedagógica e Valorização Docente. Plano este estruturado em quatro eixos de ação urgentes, envolvendo diferentes níveis de responsabilidade do sistema educativo angolano.

O primeiro eixo foca-se sobre obrigações do Estado e do poder central, a quem compete garantir a regularização do calendário de pagamentos salariais e a reestruturação das carreiras, promovendo a progressão dos docentes estagnados como mecanismo de combate à desmotivação crónica. Torna-se igualmente urgente a dotação orçamental para a distribuição geral dos manuais escolares e a requalificação física das infraestruturas em municípios como Quimbele, assegurando o fornecimento de energia elétrica e a segurança dos arquivos documentais.

O segundo eixo incide sobre a reconfiguração da Gestão Escolar. As direções devem cumprir integralmente o Decreto Presidencial n.º 160/18 (Angola, 2018), eliminando a acumulação de funções e libertando o Subdiretor Pedagógico para a sua verdadeira missão de supervisão. Propõe-se a instituição obrigatória do "Dia da Coordenação Pedagógica" uma vez por semana, dedicado exclusivamente à validação das planificações de aula e à formação em serviço dos professores sem agregação. As direções devem ainda criar gabinetes de monitorização de dados para identificar alunos com avaliações críticas a meio de cada trimestre.

O terceiro eixo visa a transformação das práticas dos Professores em sala de aula. Exige-se a obrigatoriedade da planificação didática como requisito científico inegociável para o exercício da docência. Os professores devem substituir a metodologia puramente expositiva e baseada em cópias por estratégias de aprendizagem colaborativa e de resolução de problemas contextualizados à realidade da província do Uíge. Recomenda-se também a introdução de uma

semana de avaliação diagnóstica no início de cada ano letivo, permitindo desenhar estratégias de recuperação paralela antes do início dos conteúdos programáticos avançados.

O quarto eixo propõe o fortalecimento da relação entre a Família e a Comunidade. Recomenda-se a criação e a dinamização de Associações de Pais e Encarregados de Educação estruturadas, que funcionem através de assembleias bimestrais obrigatórias. Nestes encontros, as escolas partilham abertamente as metas de aproveitamento e firmam contratos de compromisso parental, onde os encarregados assumem o dever de monitorizar os cadernos dos seus educandos em casa, transformando a comunidade num agente ativo de auditoria social e de apoio ao sucesso educativo no I Ciclo do Ensino Secundário.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. **Decreto Presidencial n.º 160/18, de 3 de julho**. Aprova o Estatuto Orgânico das Escolas Públicas do Ensino Primário e Secundário. Diário da República: I Série, n.º 99, Luanda, 2018.

ANGOLA. **Lei n.º 32/20, de 12 de agosto**. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República: I Série, n.º 123, Luanda, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Estatísticas da educação em Angola 2025**. Luanda: MED, 2025.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2010.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015